

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO À SEGUNDA EDIÇÃO – A LEI N. 14.375/2022 E A REAFIRMAÇÃO DO IMPORTANTE PAPEL DA TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	15
PAULO CESAR CONRADO e JULIANA FURTADO COSTA ARAUJO	

PARTE I

Transação tributária: questões gerais

CAPÍTULO 1 – TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA NO DIREITO BRASILEIRO E SEUS PRINCIPAIS ASPECTOS À LUZ DA LEI N° 13.988/2020 COM AS ALTERAÇÕES DA LEI N° 14.375/2022

JULIANA FURTADO COSTA ARAUJO e PAULO CESAR CONRADO

1. Impressões preliminares	21
2. Sobre a transação e seu campo instrumental de abrangência	22
3. Do contexto processual propício à regulamentação da transação em matéria tributária.....	23
4. Das vantagens da opção pela transação	25
5. Conclusão	27

CAPÍTULO 2 – CPC/2015, REGULAMENTAÇÃO DA TRANSAÇÃO E SUAS MODALIDADES

CAMILA CAMPOS VERGUEIRO

1. Introdução.....	29
2. O “ambiente normativo” para regulamentação da transação tributária: o Código de Processo Civil/2015	30
2.1. A efetividade na solução do conflito de interesses	32
2.2. A cooperação na solução do conflito de interesses.....	33
2.3. O estímulo à desjudicialização	35
3. Transação e suas modalidades	37

3.1.	Transação tributária – modalidade: por proposta individual – uma exclusividade da dívida tributária “em cobrança” e “do contencioso administrativo fiscal”	40
3.1.1.	A transação por proposta individual e as Portarias PGFN 6.757/2022 e RFB 208/2022	41
3.2.	Transação tributária – modalidade: por adesão – da dívida tributária “em cobrança” ou do “contencioso”	42
4.	Conclusão em quadro mnemônico	45

CAPÍTULO 3 – TRANSAÇÃO COMO MECANISMO PREPARATÓRIO PARA A EXTIÇÃO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

LÁZARO REIS PINHEIRO SILVA

1.	Introdução	49
2.	A transação e sua (in)eficácia extintiva da obrigação tributária	51
3.	A transação como mecanismo preparatório da extinção da obrigação tributária	61
4.	Conclusões	65

CAPÍTULO 4 – NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL E TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA COMO INSTRUMENTOS DE CONFORMIDADE FISCAL

JULIANA FURTADO COSTA ARAUJO

1.	Introdução	67
2.	Negócio jurídico processual: a consensualidade quanto ao procedimento	68
3.	Requisitos para celebração de negócio jurídico processual	70
3.1.	Autocomposição do direito objeto do litígio	70
3.2.	Capacidade das partes	71
3.3.	Lapso temporal para concretização do negócio jurídico processual	71
3.4.	Controle de validade pelo Poder Judiciário	71
4.	Da regulamentação dos negócios jurídicos processuais pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)	71
5.	Transação tributária como meio alternativo de solução de controvérsias: o que a aproxima do negócio jurídico processual	73
6.	Distinções entre negócio jurídico processual (NJP) e transação em matéria tributária	75
7.	Negócio jurídico processual e transação: como direcionar a opção do contribuinte	76
8.	Conclusões	78

CAPÍTULO 5 – A TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA E SUA (OBRIGATÓRIA) UTILIZAÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADE PÚBLICA: O CASO DA PANDEMIA DA COVID-19

DANIEL DE PAIVA GOMES e EDUARDO DE PAIVA GOMES

1.	Introdução.....	81
2.	A transação “extraordinária” prevista na Portaria PGFN 9.924/2020 e a transação “excepcional” da Portaria PGFN 14.402/2020: o caso da Covid-19.....	85
3.	Os objetivos perseguidos pela transação em matéria tributária: o interesse público secundário arrecadatório e a redução de litígios.....	91
4.	A transação como instrumento de mitigação de externalidades negativas decorrentes de situações de calamidade pública: os limites da discricionariedade do Poder Público	96
5.	Conclusão	107

CAPÍTULO 6 – A TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA NA LEI Nº 13.988/2020: REPERCUSSÕES SOBRE A LIVRE CONCORRÊNCIA E O PAPEL DO DEVEDOR CONTUMAZ

JULIA SILVA ARAÚJO CARNEIRO

1.	Introdução.....	109
2.	Transação na Lei nº 13.988/2020 e livre concorrência	111
2.1.	Intersecção entre tributação e livre concorrência: aspectos gerais.....	111
2.2.	Livre concorrência como efeito da transação.....	114
2.2.1.	Primeiro aspecto: restrições destinadas ao fisco	115
2.2.2.	Segundo aspecto: restrições destinadas aos contribuintes.....	117
2.2.3.	Terceiro aspecto: transação como meio de preservação da livre concorrência.....	117
2.3.	Livre concorrência como pressuposto da transação	118
2.3.1.	A sonegação fiscal na MP nº 899/2019 e na Lei nº 13.988/2020	119
2.3.2.	A inadimplência contumaz na MP nº 899/2019 e na Lei nº 13.988/2020.....	120
3.	Devedor contumaz e transação.....	120
3.1.	Conceito de devedor contumaz.....	121
3.1.1.	O STF e o RHC nº 163.334/SC: novos elementos para o conceito?.....	124
3.1.2.	A fraude como elemento do conceito de devedor contumaz no PL nº 1.646/2019: reflexos na transação ...	126

3.2.	Art. 5º, III, da Lei nº 13.988/2020: eficácia prospectiva e incerta?	128
3.3.	A transação e o devedor contumaz: fatores excludentes?	129
4.	Conclusão	131

CAPÍTULO 7 – TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA E SUA APLICAÇÃO AOS DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS (ANÁLISE COMPARATIVA DO INSTITUTO A PARTIR DO QUE DISPÕE A LEI FEDERAL)

SARAH MILA BARBASSA

1.	Introdução	133
2.	Da transação para quitação de débitos relativos a tributos federais	134
3.	Da transação para quitação de débitos de tributos estaduais	138
3.1.	A transação no âmbito do CONFAZ	138
3.2.	Goiás	139
3.3.	Minas Gerais	140
3.4.	Pernambuco	140
3.5.	Rio de Janeiro	141
3.6.	Rio Grande do Sul	141
4.	Da transação para quitação de débitos de tributos municipais	141
4.1.	Belo Horizonte	141
4.2.	Curitiba	142
4.3.	Florianópolis	142
4.4.	Rio de Janeiro	143
4.5.	Salvador	144
5.	Conclusões	144

PARTE II

TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA EM MATÉRIAS ENVOLVENDO A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO FEDERAL

CAPÍTULO 1 – TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA NA DÍVIDA ATIVA – A ISONOMIA COMO CRITÉRIO DE RESTRIÇÃO DA DISCRICIONARIEDADE NA AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS DE TRANSAÇÃO INDIVIDUAL

LUIS CLAUDIO FERREIRA CANTANHEDE

1.	Transação tributária – a evolução legislativa do tema	149
2.	Transação na cobrança da dívida ativa tributária	152
3.	Transação por proposta individual – inadimplência, isonomia e lealdade concorrential	160
3.1.	A primeira questão – solução: a transparência na transação	162

3.2.	A segunda questão – solução: a elaboração de proposta de transação de iniciativa particular.....	163
4.	Conclusão	166

CAPÍTULO 2 – CAPACIDADE DE PAGAMENTO COMO EXPRESSÃO DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE NA TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

MARIANA CORRÊA DE ANDRADE PINHO

1.	À guisa de introdução: a transação permitiu enxergar o contribuinte por trás dos números	169
2.	Transação é negociação.....	171
3.	Modalidades de transação na cobrança da DAU: Existe transação na transação por adesão?.....	173
4.	A CAPAG no detalhe.....	176
5.	Conclusão	179

CAPÍTULO 3 – BREVE PARALELO ENTRE PARCELAMENTO, PLANO DE AMORTIZAÇÃO CONVENCIONADO EM NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL E TRANSAÇÃO E SEU DENOMINADOR COMUM

MARIO JABUR NETO

1.	Introdução.....	181
2.	Aspectos gerais do parcelamento no âmbito do direito tributário	182
2.1.	Parcelamento ordinário – Lei nº 10.522/2002	185
2.2.	Breves comentários sobre os parcelamentos especiais	185
3.	Plano de amortização no negócio jurídico processual.....	186
4.	Transação: breves considerações sobre a Lei 13.988/2020, tal como regulamentada pelas Portarias 6.757/2022 da PGFN e 208 da RFB.....	187
5.	Conclusão: denominador comum entre as formas alternativas de solução de conflito (parcelamento, plano de amortização estabelecido em NJP e transação).....	190

CAPÍTULO 4 – TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA NO CONTEXTO DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA SOLIDÁRIA ENTRE EMPRESAS INTEGRANTES DO MESMO GRUPO ECONÔMICO: A (NÃO) PREJUDICIALIDADE ENTRE TRANSAÇÃO CELEBRADA PELO CONTRIBUINTE E A AÇÃO JUDICIAL PROPOSTA PELO RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO VISANDO À DESCONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO TRANSACIONADO

EDUARDO DE PAIVA GOMES

1.	Introdução.....	193
2.	Sujeição passiva: contribuinte e responsável tributário – Código Tributário Nacional	197

3.	Devedor: legitimidade passiva em execução fiscal – Lei nº 6.830/1980	204
4.	Condições da ação no contexto do processo tributário: a legitimidade de parte e o interesse processual na ação anulatória de débito fiscal	208
5.	A (ausência de) prejudicialidade entre a transação celebrada pelo contribuinte e a ação judicial proposta pelo responsável tributário	214
5.1.	A solidariedade passiva no Código Civil.....	216
5.2.	A transação celebrada no contexto da solidariedade passiva	221
6.	Conclusão: a extinção do crédito tributário como critério para verificar a (in)existência de prejudicialidade entre a transação celebrada pelo contribuinte e a ação judicial proposta pelo responsável tributário	224

CAPÍTULO 5 – TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA E PRECATÓRIOS

ÍRIS VÂNIA SANTOS ROSA

1.	Introdução.....	229
2.	Transação por adesão ou por proposta individual na cobrança de créditos inscritos na dívida ativa da União, de suas autarquias e fundações públicas, na cobrança de créditos que seja de competência da Procuradoria-Geral da União ou em contencioso administrativo fiscal (Redação dada pela Lei nº 14.375/2022)	230
3.	Precatórios: características gerais	233
4.	Cessão fiduciária de direitos	236
5.	Suspensão da exigibilidade do crédito tributário transacionado na pendência do ciclo de liberação do precatório	238
6.	Portaria PGFN nº 14.402/2020 e suas alterações legislativas em relação à cessão fiduciária de direitos precatórios	239

CAPÍTULO 6 – A SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO É UM EFEITO SEMPRE PRESENTE NA TRANSAÇÃO?

DANILO MONTEIRO DE CASTRO

1.	Introdução.....	241
2.	Transação via moratória ou parcelamento traz, de forma incontroversa, suspensão da exigibilidade (art. 151, I e VI, do CTN)	243
3.	Transação mediante alienação de garantias (há moratória implícita?) ...	244
4.	Transação mediante cessão fiduciária de precatório (há moratória implícita?)	246
5.	Disposições finais	249

CAPÍTULO 7 – A TRANSAÇÃO DAS MULTAS NA LEI Nº 13.988, DE 14 DE ABRIL DE 2020

RICARDO BERZOSA SALIBA

1.	Introdução.....	251
----	-----------------	-----

2.	Transação: da estrutura à norma e sua função em matéria tributária.....	254
3.	Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, e a vedação à transação quanto à redução das multas “de natureza penal”	256
4.	Natureza das multas (sanção)	258
5.	As multas e seus limites para a transação	261
5.1.	Transação e as multas decorrentes de créditos de natureza tributária	263
5.2.	Transação e as multas decorrentes de créditos de natureza não tributária	267
5.2.1.	Multas de natureza não tributária (penal)	268
6.	Conclusão	271

CAPÍTULO 8 – RESCISÃO DA TRANSAÇÃO INDIVIDUAL DIANTE DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE PELO STF

CARLA DE LOURDES GONÇALVES

1.	Introdução	273
2.	Características da transação tributária	274
3.	Alcance da regra de renúncia à pretensão	278
4.	A rescisão benéfica da transação individual e seus efeitos	282
4.1.	Inexequibilidade da transação como título executivo	282
4.2.	A possibilidade de repetir os valores pagos	284
5.	Conclusões	285

PARTE III TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA NO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL

CAPÍTULO 1 – TRANSAÇÃO ANTIEXACIONAL (CONTENCIOSO) E SUA POSSÍVEL INCIDÊNCIA SOBRE A TESE JURÍDICA DE FUNDO

PAULO CESAR CONRADO

1.	A transação tributária e sua hibridez material-processual	289
2.	Transação tributária e suas classes fundamentais	290
3.	Transação relativa a conflitos exacionais	290
4.	Transação relativa a conflitos antiexacionais	291
5.	A diferença entre conflito exacional e conflito antiexacional como pressupostos para a compreensão do impacto da transação no contencioso sobre o exercício da jurisdição	292
6.	A renúncia à jurisdição antiexacional como elemento lógico da transação no contencioso e o “problema” da contrapartida do fisco	293

7.	Transação no contencioso: entre o crédito e a tese	294
8.	Potenciais benefícios da transação de tese para o fisco	296
9.	A transação no plano da eficácia	297
10.	Transação e composição de litígio	297
11.	Transação no contencioso, transação “de tese” e sua eficácia “além” do Código Tributário Nacional	298

CAPÍTULO 2 – OS REQUISITOS E OS EFEITOS DA TRANSAÇÃO POR ADESÃO NO CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO DE RELEVANTE E DISSEMINADA CONTROVÉRSIA JURÍDICA

FERNANDA DONNABELLA CAMANO DE SOUZA

1.	Introdução	301
2.	Da transação na defesa: a proposta por adesão no contencioso tributário de relevante e disseminada controvérsia jurídica (fundado de tese)	302
3.	Dos requisitos previstos na Lei da Transação	303
3.1.	O contencioso tributário de relevante e disseminada controvérsia jurídica (fundado de tese)	303
3.2.	Da definição dos conceitos de “relevante” e “disseminada” controvérsia jurídica (artigos 16, §§ 2º e 3º, da Lei 13.988/2020, e 30, §§ 1º e 2º, da Portaria ME 247/2020)	304
3.3.	Da especificação de forma objetiva, pelo edital, das hipóteses fáticas e jurídicas objeto da transação (artigo 17 da Lei 13.988/2020)	307
4.	A situação concreta dos litígios passíveis de extinção em razão da transação na defesa (artigo 18 da Lei 13.988/2020)	308
4.1.	Da exegese acerca da expressão litígios “ainda que não definitivamente julgados” contida no § 3º do artigo 19 da Lei 13.988/2020 – e a (re)definição pelo artigo 31 da Portaria ME 247/2020	310
5.	Do litígio envolvendo o ógio e a possibilidade de transação no contencioso tributário	311
6.	Dos efeitos da transação no contencioso tributário (artigo 19, § 1º, II, da Lei da Transação)	314
7.	Conclusões	315

CAPÍTULO 3 – A TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA NO ATUAL CONTEXTO DA PROCESSUALIDADE TRIBUTÁRIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA LEI Nº 13.988/2020

DIEGO DINIZ RIBEIRO

1.	Contextualizando: o lugar da transação tributária brasileira no percurso histórico do Processo Civil	317
----	------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

2.	Os valores orientadores da transação tributária	322
3.	Solucionando litígios: do conceito estrito da atividade jurisdicional ao modelo multiportas	325
4.	A Lei n. 13.988/2020 e as modalidades de transação.....	326
4.1.	A transubjetividade da controvérsia como elemento classificatório	327
4.1.1.	A iniciativa da proposta de transação como elemento classificatório.....	332
4.2.	O valor envolvido como elemento classificatório	334
5.	Conclusões.....	335

CAPÍTULO 4 – TRANSAÇÃO DE PASSIVO CONTINGENTE NOS CASOS DE VIRADA JURISPRUDENCIAL: COISA JULGADA, PRESSUPOSTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DA TRANSAÇÃO NO CONTENCIOSO

RODRIGO G. N. MASSUD

1.	Introdução.....	337
2.	Coisa julgada e transação de passivo contingente: questões a responder ...	339
3.	A transação no contencioso (ou transação antiexaccional)	341
4.	Sentido e função da transação por adesão no contencioso	342
4.1.	Passivo e conflito (pressupostos positivos) na transação por adesão no contencioso	345
5.	Os pressupostos negativos da transação por adesão no contencioso: precedente favorável à Fazenda e coisa julgada anterior	347
5.1.	Momento da oferta: precedente favorável à Fazenda	348
5.2.	Momento da adesão: coisa julgada anterior	350
6.	Conclusões sobre as questões levantadas.....	351

CAPÍTULO 5 – A RENÚNCIA ÀS ALEGAÇÕES DE DIREITO, ATUAIS OU FUTURAS, SOBRE AS QUAIS SE FUNDA A DEFESA DO CONTRIBUINTE ENQUANTO CONDIÇÃO À CELEBRAÇÃO DE TRANSAÇÃO EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA

DANIEL DE PAIVA GOMES

1.	Introdução.....	355
2.	A transação em matéria tributária e as condicionantes previstas na Lei nº 13.988/2020	359
3.	A renúncia às alegações de direito, atuais ou futuras, sobre as quais se funda a defesa do contribuinte como condição à celebração de transação à luz do racional fixado pelo STJ no Recurso Especial Repetitivo nº 1.133.027	365

4.	A existência de ação judicial prévia à celebração da transação e os efeitos da Coisa Julgada Material e de sua Eficácia Preclusiva: inviabilidade de cessação dos efeitos da transação com base em alegações de direito atual.....	375
5.	A Transação em matéria tributária e a renúncia às alegações de direito feita pelo sujeito passivo: impactos sobre as parcelas vencidas, vincendas e sobre os fatos geradores futuros	383
a)	Os fatos geradores futuros em relações jurídicas de trato sucessivo: cabimento da ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária e a cessação da eficácia prospectiva da transação	384
b)	As parcelas vencidas e vincendas da transação: cabimento da ação de repetição do indébito tributário cumulada com pedido de cessação dos efeitos prospectivos da transação em relação ao crédito tributário constituído quando da celebração do acordo	392
6.	Conclusão	398

CAPÍTULO 6 – DISCRICIONARIEDADE E TRANSAÇÃO NO CONTENCIOSO

MARIA RITA GRADILONE SAMPAIO LUNARDELLI e PAULO CESAR CONRADO

1.	Introdução	401
2.	Delimitação prática da noção de discricionariedade: reescritura do propósito deste texto	402
3.	Titular(es) da iniciativa	402
4.	Critérios legalmente fechados versus critérios de parametrização de discricionariedade	403
5.	Elementos legalmente definidos	404
6.	Elementos legalmente indefinidos	405
7.	A terceira fase: avaliação, pós-edital, dos pedidos de adesão	408
8.	Conclusão	409

CAPÍTULO 7 – TRANSAÇÃO DE DÍVIDAS DE PEQUENO VALOR

VANESSA DAMASCENO ROSA SPINA

1.	Introdução	411
2.	Requisitos para a transação de pequeno valor	414
2.1.	Regras gerais aplicáveis a todas as modalidades de transação	414
2.2.	Requisitos específicos da transação de pequeno valor	414
3.	Possível incompatibilidade do objetivo da transação com o limite imposto para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para a cobrança de débitos de pequeno valor definidos pela Portaria ME nº 75/2012	419
4.	Conclusões	421